

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris
Curitiba/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris
CNPJ/MF nº 04.886.317/0001-28

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	110.082	107.739	CIRCULANTE	33.108	28.715
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	202	381	DEPÓSITOS (NOTA 09)	26.870	22.186
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 04)	96.406	95.443	Depósitos à Vista	11.585	7.969
Centralização Financeira - Cooperativas	96.406	95.443	Depósitos a Prazo	15.285	14.217
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	7.551	7.275	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	75	44
Operações de Crédito	7.626	7.342	Recursos em Trânsito de Terceiros	75	44
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(75)	(67)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 10)	-	1.260
OUTROS CRÉDITOS	5.923	4.640	Empréstimos País - Outras Instituições	-	1.260
Rendas a Receber	45	46	OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.163	5.225
Diversos (NOTA 05 e 06)	5.920	4.636	Cobrança e Arrecadação de Tributos	3	4
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 05)	(42)	(42)	Sociais e Estatutárias	520	461
			Fiscais e Previdenciárias	122	144
			Diversas (NOTA 11)	5.518	4.616
NÃO CIRCULANTE	25.817	23.596	NÃO CIRCULANTE	89.219	91.608
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	25.817	23.596	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	89.219	91.608
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	21.942	20.981	DEPÓSITOS (NOTA 09)	89.219	91.608
Operações de Crédito	22.058	21.093	Depósitos Interfinanceiros	2.424	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(116)	(112)	Depósitos a Prazo	86.795	91.608
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06)	1	2			
Diversos	1	2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.572	11.012
INVESTIMENTOS (NOTA 07)	3.521	2.243	CAPITAL SOCIAL (NOTA 13)	6.569	5.658
Outros Investimentos	3.521	2.243	De Domiciliados no País	6.765	5.734
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08)	178	176	(Capital a Realizar)	(196)	(76)
Outras Imobilizações de Uso	303	269	RESERVAS DE SOBRAS	6.026	4.489
(Depreciação acumulada)	(125)	(93)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	977	865
INTANGÍVEL (NOTA 08)	175	194			
Outros Ativos Intangíveis	421	395			
(Amortização acumulada)	(246)	(201)			
TOTAL DO ATIVO	135.899	131.335	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	135.899	131.335

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris
CNPJ/MF nº 04.886.317/0001-28

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.842	-	2.842	5.642	-	5.642	5.302	-	5.302
Operações de Crédito	2.842	-	2.842	5.642	-	5.642	5.302	-	5.302
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.767)	(8)	(2.775)	(5.873)	(15)	(5.888)	(6.572)	(13)	(6.585)
Operações de Captação no Mercado	(2.781)	(8)	(2.789)	(5.863)	(15)	(5.878)	(6.417)	(13)	(6.430)
Operações de Empréstimos e Repasses	-	-	-	(20)	-	(20)	(74)	-	(74)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14	-	14	10	-	10	(81)	-	(81)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	75	(8)	67	(231)	(15)	(246)	(1.270)	(13)	(1.283)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	909	440	1.349	2.211	733	2.944	3.063	564	3.627
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	35	577	612	63	1.083	1.146	56	903	959
Rendas de Tarifas Bancárias	4	-	4	9	-	9	11	-	11
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(746)	(78)	(824)	(1.400)	(145)	(1.545)	(1.279)	(107)	(1.386)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	(553)	(93)	(646)	(1.029)	(166)	(1.195)	(887)	(171)	(1.058)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(2)	(29)	(31)	(6)	(54)	(60)	(5)	(46)	(51)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	2.589	106	2.695	5.444	98	5.542	5.898	43	5.941
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(418)	(43)	(461)	(870)	(83)	(953)	(731)	(58)	(789)
RESULTADO OPERACIONAL	984	432	1.416	1.980	718	2.698	1.793	551	2.344
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	224	-	224	224	-	224	93	-	93
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.208	432	1.640	2.204	718	2.922	1.886	551	2.437
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	16	16	-	(98)	(98)	-	(34)	(34)
Provisão para Imposto de Renda	-	16	16	-	(52)	(52)	-	(17)	(17)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	(46)	(46)	-	(17)	(17)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(159)	-	(159)	(286)	-	(286)	(246)	-	(246)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.049	448	1.497	1.918	620	2.538	1.640	517	2.157
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	620	(620)	-	504	(504)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.049	448	1.497	2.538	-	2.538	2.144	13	2.157
DESTINAÇÕES	-	-	-	(1.561)	-	(1.561)	(1.279)	(13)	(1.292)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(358)	-	(358)	(316)	-	(316)
Fates - Estatutário	-	-	-	(98)	-	(98)	(87)	-	(87)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	-	-	-	(13)	(13)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(879)	-	(879)	(779)	-	(779)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1)	-	(1)	-	-	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(225)	-	(225)	(97)	-	(97)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	977	-	977	865	-	865

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris
CNPJ/MF nº 04.886.317/0001-28

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	5.121	3.258	474	8.853
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	118	-	(118)	-
Destinações para reservas	-	355	(355)	-
Outras destinações	-	-	(1)	(1)
Capital de associados				
Aumento de capital	160	-	-	160
Baixas de capital	(56)	-	-	(56)
Resultado do período	-	-	2.157	2.157
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(87)	(87)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(13)	(13)
Reserva Legal - Estatutária	-	779	(779)	-
Juros sobre o Capital Próprio	315	-	(316)	(1)
Reserva Legal - Doação SFG	-	97	(97)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	5.658	4.489	865	11.012
Mutações do Período	537	1.231	391	2.159
Saldos no início do período em 01/01/2019	5.658	4.489	865	11.012
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	430	-	(430)	-
Destinações para reservas	-	433	(433)	-
Outras destinações	-	-	(2)	(2)
Capital de associados				
Aumento de capital	185	-	-	185
Baixas de capital	(60)	-	-	(60)
Resultado do período	-	-	2.538	2.538
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(98)	(98)
Reserva Legal - Estatutária	-	879	(879)	-
Juros sobre o Capital Próprio	356	-	(358)	(2)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	(1)	(1)
Reserva Legal - Doação SFG	-	225	(225)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	6.569	6.026	977	13.572
Mutações do Período	911	1.537	112	2.560
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	6.151	4.922	1.041	12.114
Capital de associados				
Aumento de capital	97	-	-	97
Baixas de capital	(35)	-	-	(35)
Resultado do período	-	-	1.497	1.497
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(98)	(98)
Reserva Legal - Estatutária	-	879	(879)	-
Juros sobre o Capital Próprio	356	-	(358)	(2)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	(1)	(1)
Reserva Legal - Doação SFG	-	225	(225)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	6.569	6.026	977	13.572
Mutações do Período	418	1.104	(65)	1.457

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris
CNPJ/MF nº 04.886.317/0001-28

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.425	2.540	2.183
Resultado do semestre/exercício	1.497	2.538	2.157
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(72)	1	26
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(19)	12	35
Provisão para desvalorização de outros créditos	5	-	20
Depreciação do imobilizado de uso	17	33	26
Amortização do intangível	23	45	39
Baixas do ativo permanente	-	1	4
Provisão para passivos contingentes	3	3	3
Destinações ao FATES	(98)	(97)	(100)
Dividendos SicrediPar	(3)	4	(1)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	7.185	(536)	(6.526)
Redução em relações interfinanceiras ativas	32	-	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	2.693	(1.249)	(4.073)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(194)	-	-
(Aumento) em outros créditos	(1.143)	(1.288)	(1.039)
Redução em outros valores e bens	24	-	-
Aumento (Redução) em depósitos	5.426	2.295	(2.517)
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(676)	31	(653)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	(1.260)	446
Absorção de dispêndios pelo FATES	(50)	(101)	(47)
Aumento em outras obrigações	1.073	1.036	1.357
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	8.610	2.003	(4.343)
Aquisição de Investimentos	(1.279)	(1.278)	(448)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(16)	(36)	(116)
Aplicações no Intangível	(9)	(26)	(81)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.304)	(1.340)	(645)
Integralização de capital	97	185	160
Baixa de capital	(35)	(60)	(56)
Juros ao capital próprio	(2)	(2)	(1)
Distribuição de Sobras	-	(2)	(1)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	60	121	102
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	7.366	784	(4.886)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	89.243	95.824	100.710
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	96.608	96.608	95.824

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público no Estado do Paraná - Sicredi Credjuris ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 20/09/2001 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 17 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	202	381
Caixa	202	381
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	96.406	95.443
Total	96.608	95.824

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	7.626	22.058	29.684	28.435
Carteira total	7.626	22.058	29.684	28.435

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	5.691	1	5.692	4.414
Total	5.691	1	5.692	4.414

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	208	-	-	-
Nível A	0,50	33.454	31.025	167	155
Nível B	1,00	1.106	1.083	11	11
Nível C	3,00	358	352	11	11
Nível D	10,00	212	380	21	38
Nível E	30,00	18	4	5	1
Nível F	50,00	5	-	3	-
Nível H	100,00	15	5	15	5
Total		35.376	32.849	233	221

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				2018	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	36	6.454	6.645	22.059	35.194	32.787
Outros Serviços	-	142	40	-	182	62
Total	36	6.596	6.685	22.059	35.376	32.849

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	4.264	12,05	4.152	12,64
50 devedores seguintes	11.129	31,46	10.707	32,59
100 devedores seguintes	9.767	27,61	9.246	28,15
Demais	10.216	28,88	8.744	26,62
Total	35.376	100	32.849	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	221	166
Constituição (Reversão) de provisão	(10)	81
Movimentação de recuperados de prejuízo	22	(26)
Saldo final	233	221

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 7 (2018 - R\$ 0), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 4.190 (2018 - R\$ 3.841).

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	60	52
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	30	22
Devedores por depósitos em garantia	8	8
Impostos e contribuições a compensar	1	13
Títulos e créditos a receber (ii)	5.691	4.412
Operações com cartões	66	67
Outros	64	62
Total Circulante	5.920	4.636
Títulos e créditos a receber (ii)	1	2
Total não circulante	1	2

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 07 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.905	1.627
Sicredi Participações S.A.	615	615
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	3.521	2.243

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	199.274 ON 415.727 PN	199.274 ON 415.727 PN	1 Quotas	1 Quotas	2.905.440 Quotas	1.626.754 Quotas
Percentual de participação	0,06%	0,07%	0,62%	0,62%	0,92%	0,72%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	615	615	1	1	2.905	1.627

NOTA 08 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	303	(125)	178	176
Instalações	10%	12	(6)	6	7
Móveis e equipamentos de uso	10%	140	(53)	87	94
Sistema de comunicação	10%	29	(5)	24	16
Sistema de processamento de dados	20%	109	(57)	52	55
Sistema de segurança	10%	13	(4)	9	4
Intangível (i)		421	(246)	175	194
Investimentos Confederação		421	(246)	175	194
Total		724	(371)	353	370

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 09 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			Total	2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	11.585	-	-	11.585	7.969
Depósitos Interfinanceiros	-	-	2.424	2.424	-
Depósitos a prazo	2.733	12.552	86.795	102.080	105.825
Total	14.318	12.552	89.219	116.089	113.794

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	-	1.260
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	1.260
Total circulante	-	1.260

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Provisão para pagamentos a efetuar	329	383
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 12)	27	24
Pendências a regularizar	2	6
Operações com cartões	5.066	4.124
Demais fornecedores	20	24
Credores diversos	74	55
Total circulante	5.518	4.616

NOTA 12 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	24	3	-	27
Total	24	3	-	27

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	27	24
Total		27	24

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	6.569	5.658
Total de associados	1.530	1.427

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 911 (2018 – R\$ 537), sendo R\$ 786 (2018 – R\$433) via integralização de resultados e R\$ 185 (2018 – R\$ 160), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 60 (2018 – R\$ 56).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em Conta Capital, no montante de R\$ 358, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 14 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 225 (R\$ 97 em dezembro de 2018), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	2.636	2.191
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.054)	(921)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	4	3
Provisão resgate de milhas cartão	21	(34)
Brindes e Doações	(2)	(1)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(4)	4
Receita com atos cooperativos	767	689
Juros sobre capital próprio	143	133
Lucros e dividendos	2	4
Outros	24	25
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	64
Subtotal	956	887
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(98)	(34)

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	96.406	95.443
Outros Créditos - Rendas a receber	36	33
Outros Créditos - Diversos (Nota 06)	86	80
Investimentos (Nota 07)	3.521	2.243
Intangível (Nota 08)	175	194
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 09)	2.424	-
Obrigações por empréstimos (Nota 10)	-	1.260
Outras Obrigações - Diversas (Nota 11)	4.984	4.018
Receitas		
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	155	116
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 18)	5.158	5.707
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	225	97
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	55	-
Operações de Empréstimos e Repasses	20	74
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	212	167
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	614	522

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	271	2,34%	282
Depósitos a prazo	2.077	2,03%	2.596
Operações de crédito	274	0,92%	208

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	614	587

NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	9	8
Despesa de aluguéis	61	59
Despesa de comunicação	91	107
Despesa de manutenção e conservação	26	32
Despesa de material	15	20
Despesa processamento dados	22	19
Despesa de promoções e relações públicas	430	362
Despesa de propaganda e publicidade	2	2
Despesa de seguro	5	9
Despesa de serviços do sistema financeiro	107	120
Despesa de serviços de terceiros	15	22
Despesa de serviços de técnicos especializados	156	97
Despesa de serviços de transportes	12	24
Despesa de viagem	7	-
Despesa de depreciação e amortização	33	26
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	45	39
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	126	74
Outras despesas administrativas	33	38
Total	1.195	1.058

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	140	110
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	5.079	5.623
Reversão de provisões operacionais	168	61
Outras rendas operacionais	155	147
Total	5.542	5.941

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	7	-
Contribuições Cooperativistas	28	23
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	93	82
Contribuição Confederação Sicredi	341	257
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	201	175
Encargos da administração financeira	27	37
Repasse administradora de Cartões	17	15
Despesas de Cartões - Processamento, Emissão e Postagem	114	104
Outras provisões operacionais	44	41
Outras despesas operacionais	81	55
Total	953	789

NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	12.782	10.203
Nível I (NI)	12.782	10.203
Capital principal - CP	12.782	10.203
Capital social	6.569	5.658
Reservas de capital	6.026	4.489
Lucros acumulados	977	865
Ajustes Prudenciais	(790)	(809)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	59.159	54.214
Margem de Capital (i)	5.683	3.697
Índice de Basileia (PR / RWA)	21,61%	18,82%
Situação de Imobilização (Imob)	177	175
Índice de Imobilização (Imob / PR)	1,39%	1,72%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Nilton Barboza Bus
Diretor Executivo
CPF: 651.467.519-00

Simony de Cassia Barbosa
Diretora de Operações
CPF: 040.744.929-97

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20